



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

## PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 0029/2025

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2025.

Processo nº 0841484-14.2024.8.19.0002,  
ajuizado por  
representada por

Trata-se de Autora, de 50 anos de idade, com diagnóstico de **cirrose hepática** de etiologia alcoólica desde 2019. Encontra-se internada no Hospital Universitário Antônio Pedro, desde 05 de agosto de 2024, com quadro de hemorragia digestiva alta varicosa e encefalopatia hepática, com necessidade de múltiplas transfusões sanguíneas. Durante a internação, manteve-se com quadro de **hipoxemia** com ortodeóxia, fechando o diagnóstico de **síndrome hepatopulmonar**. Assim, visando a alta hospitalar, foi indicada a **oxigenoterapia domiciliar**, com **concentrador de oxigênio (5 a 10L/min)**, **cilindro de oxigênio com 10L**, **concentrador de oxigênio portátil**, **cânula nasal** e **fluxômetro** (Num. 152120489 - Pág. 20).

Informa-se que o tratamento com **oxigenoterapia domiciliar e seus acessórios** (concentrador de oxigênio, cilindro de oxigênio, concentrador de oxigênio portátil, cânula nasal e fluxômetro) **estão indicados** ao manejo terapêutico do quadro clínico que acomete a Autora (Num. 152120489 - Pág. 20).

Embora tal tratamento esteja coberto pelo SUS, conforme Tabela Unificada do Sistema de Gerenciamento de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP, na qual consta oxigenoterapia, sob o código de procedimento: 03.01.10.014-4, para área ambulatorial, hospitalar e de atenção domiciliar, a CONITEC avaliou a incorporação da oxigenoterapia domiciliar, **estando recomendada a incorporação apenas para pacientes com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC)**<sup>1</sup> – o que **não se enquadra** ao quadro clínico da Assistida (Num. 152120489 - Pág. 20).

Considerando que é de responsabilidade do médico determinar a necessidade e a forma de administração do oxigênio, caso haja a aquisição dos equipamentos para o tratamento de oxigenoterapia pleiteado, a Autora deverá ser acompanhada por médico especialista, a fim de que sejam realizadas orientações e adaptações acerca da utilização do referido equipamento bem como reavaliações clínicas periódicas.

Cabe esclarecer que, até o presente momento, no âmbito do município de Niterói e do estado do Rio de Janeiro, **não foi localizada nenhuma forma de acesso pela via administrativa ao tratamento com oxigenoterapia domiciliar pleiteado**, bem como não foram identificados outros equipamentos que possam configurar uma alternativa terapêutica.

Acrescenta-se que, ainda não existem Programas nas três esferas governamentais que venham atender as necessidades terapêuticas de fornecimento de oxigenoterapia domiciliar, que verse sobre o quadro de **síndrome hepatopulmonar**.

Adicionalmente, no que tange ao registro, junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, dos equipamentos e insumo necessários para a oferta de **oxigênio suplementar**, informa-se:

- **cilindro de oxigênio** - as empresas fabricantes e envasadoras de gases medicinais

<sup>1</sup> CONITEC – Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Recomendações sobre tecnologias avaliadas. Relatório nº 32. Disponível em: <<http://conitec.gov.br/images/Incorporados/Oxigenoterapia-DPOC-final.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2025.



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

não estão obrigadas a notificar ou registrar os gases medicinais, porém devem possuir o CBPF de gases medicinais, licença sanitária da autoridade sanitária local e autorizações de funcionamento, além de cumprir com as demais normas sanitárias<sup>2</sup>;

- **concentrador de oxigênio, cateter nasal e fluxômetro – possuem registro ativo na ANVISA.**

**É o parecer.**

**Ao 4º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca de Niterói do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.**

**LAYS QUEIROZ DE LIMA**

Enfermeira  
COREN 334171  
ID. 445607-1

**FLÁVIO AFONSO BADARÓ**

Assessor-chefe  
CRF-RJ 10.277  
ID. 436.475-02

---

<sup>2</sup> ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Regularização de produtos: gases medicinais. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/medicamentos/produtos/gases-medicinais/informacoes-gerais>>. Acesso em: 13 jan. 2025.